



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

ATA DE REUNIÃO

São Paulo, 30 de setembro de 2020.

Comissão de Segurança Hídrica

- Teve lugar no dia 30 de setembro de 2020, das 15h às 17h, por ferramenta virtual, a **33ª reunião ordinária da Comissão de Segurança Hídrica**.
- Participaram da Reunião: Marco Palermo, Breno Eitel, Regina Monteiro, da SPurbanismo; Maria José Gullo, Marcos Romano, Vania Salinas, Luiz Ricardo Viegas, da Sehab; Irineu Gnecco, da SMG; Maurício Tonin, da PGM; Bruno Janini da SMDU; Carlos de Nicola, do IAS; Mauricio Ramos, da Aliança pela Água; Renato Zuccolo, do Instituto de Engenharia; Meunim Jr., da Sabesp; Eduardo Serpa, Maria Inês Sato, da Cetesb; Cesar Pergoraro, SOS Mata Atlântica; Lilian Sarrouf, Hélio Suleiman, representantes do CBH-AT; Eunice Emiko, da SMS; José Carra, Consultor; Pedro Algodoal, de SIURB; Marcelo Bispo, Renato Monteiro, Rodolfo Ferreras, Flávia Santina, da Arsesp; Dartan Gravina, da Splendor Solis; Sun Alex, da SVMA; Mônica Valdyrce, do Inst. Butantan; Sandra Kishi, PRR.
- Marco Palermo iniciou a reunião cumprimento os participantes. Informou que a ata da reunião anterior está disponível e colocou à apreciação dos participantes, sendo aprovada por unanimidade.
- Breno Zylberstajn complementou a apresentação da semana anterior sobre o hub informativo para a comissão, mostrando os novos dados incorporados à plataforma. Meunim complementou a apresentação com os novos dados de pias e caixas d'água da Sabesp.
- Marco Palermo perguntou aos representantes da Sabesp se há possibilidade de expansão do número de pias. Meunim disse que a Sabesp está à disposição para fazer novas instalações. Ele explicou que o papel da Sabesp na instalação das pias é puxar a conexão de água, e os parceiros da Prefeitura instalam o equipamento em si. Marco pediu que se levantassem os pontos prioritários que ainda não têm pia. Foi marcada uma reunião a ser organizada por Breno Zylberstajn sobre o tema.
- Em seguida, Jose Luiz de Carra perguntou se há uma análise crítica dos dados na plataforma hub, dado o perigo de subida de um dado espúrio. Perguntou também se seria possível a inclusão de dados e séries históricas da Sabesp na plataforma hub, com destaque para dados sobre consumo de água estratificado por classe.
- Breno respondeu os processos envolvidos na adição de dados da sociedade civil na plataforma hub, tanto a análise técnica como a validação pela comissão.



CIDADE DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

- Meunim afirmou que, a respeito dos dados, basta que a comissão requisite os dados para a empresa.
- Carlos de Nicola sugeriu que o hub informativo tenha indicadores de acesso, para medir seu alcance.
- Maurício Ramos propôs que seja feita uma apresentação sobre o projeto Observando os Rios.
- Renato Monteiro, da Arsesp, fez uma apresentação sobre as novas propostas regulatórias em debate na ANA. Trata-se de exigências do Novo Marco de Saneamento. Ele afirmou que a nova agenda de regulação é muito ampla, abrangendo 72 normas em 5 eixos. Nesse sentido, a ANA está priorizando uma 1ª agenda regulatória. Sendo assim, é considerado prioridade 1) adequar os contratos aos novos prazos de universalização, 2) dar maior segurança jurídica aos arranjos do saneamento, 3) adequar a agência a suas novas incumbências. Nesse escopo, a ANA pretende aprovar 22 novas normas no horizonte de tempo até 2022. Renato explicou quais são as apreensões das agências reguladoras com essa agenda, pois alguns pontos ainda estão indefinidos: a hierarquia de normas, a discricionariedade das agências, e a velocidade de implementação da agenda.
- Palermo agradeceu a apresentação, mas pediu que a Arsesp aprofunde a análise das repercussões específicas sobre a cidade de São Paulo.
- Jose Luiz de Carra alertou que a situação da regulação lembra um pouco o que ocorreu no setor elétrico, onde a alienação de ativos ocorreu antes da consolidação normativa, com consequências nocivas. No setor elétrico, há uma subordinação da Arsesp à Aneel. Ele acredita que a retórica da competição é falaciosa nos dois setores, dado que se trata de setores com monopólios naturais. No seu diagnóstico, há uma captura das agências reguladoras pelos setores regulados. Nesse sentido, ele acredita que é necessário que o município faça uma contraposição ao poder da ANA, que pode ser negativo para a cidade. Carra sugeriu que a Arsesp use recursos para contratar a universidade para fazer pesquisas sobre regulação.
- Carlos de Nicola ressaltou que as considerações de Carra impactam a reflexão sobre a constituição da Instância Hídrica Municipal.
- Os representantes da Arsesp afirmaram que só apresentaram o processo em curso na ANA, e que a preocupação da Arsesp em si é de que as novas regras não inviabilizem o seu trabalho. Sobre fiscalização, Renato Monteiro afirmou que há sim um trabalho de fiscalização sendo feito, com normas e bases estabelecidas. Afirmou também que a principal preocupação da Arsesp é com os serviços públicos, que devem continuar preponderantes no futuro próximo mesmo que haja a privatização de uma parte significativa, pois atualmente quase a totalidade da prestação de saneamento no Brasil é pública. Informou



**CIDADE DE
SÃO PAULO**

COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

também que a agenda de regulação de serviços de resíduos está sendo iniciada pela Arsesp, com dois casos de municípios começando somente.

- Encerrando, Marco Palermo marcou a reunião seguinte para 07/10/2020, das 15h-17h, e se comprometeu a lavrar a presente ata.